

**EDcl na PETIÇÃO Nº 12.556 - PR (2019/0034921-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**EMBARGANTE : MARIA EDUARDA DE CASTRO (PRESO)**  
**ADVOGADO : GABRIEL ALMEIDA DE JESUS - PR081963**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**DECISÃO**

**MARIA EDUARDA DE CASTRO** opõe embargos de declaração à decisão de fl. 48, que indeferiu liminarmente esta petição, nos termos do art. 210 do RISTJ, constatada a ausência de peça essencial para a análise do pleito.

A embargante junta aos autos, neste momento, "todas as decisões de indeferimento lançadas nos autos originais, a fim de que o presente Juízo [...] possa revogá-las" (fls. 52-53).

**Recebo os embargos de declaração como pedido de reconsideração**, pois a embargante não apontou vícios de omissão, contradição ou obscuridade no *decisum*, apenas se insurgiu contra o teor do julgado, ocasião em que juntou os documentos tidos como faltantes.

**Tendo em vista a referida juntada feita pela defesa, reconsidero a decisão anterior para receber a presente petição como habeas corpus.**

Passo à análise do pedido liminar.

A defesa busca a concessão de liberdade provisória à requerente, sob os argumentos de ser ela ser primária, portadora de bons antecedentes, possuidora de residência fixa e de emprego duradouro, além de não estar sendo processada por crime violento ou de grave ameaça. Salienta, ainda, que a acusada possui apenas 19 anos e que, "por diversas vezes, está tentando ceifar a própria vida. Não está aguentando o peso do cárcere" (fl. 51).

*In casu*, o Magistrado de primeira instância, ao convolar o flagrante em prisão preventiva, destacou que os acusados, entre eles a paciente, foram encontrados "na posse de uma **quantidade razoável de drogas [365g de maconha]** e de um montante de **dinheiro não justificado**, juntamente com **a menor [...]**, além de **armas e simulacros**, uma **balança de precisão** e **embalagens** utilizadas para comercializar drogas" (fl. 77,

destaquei). Acrescentou, ainda, que "havia várias denúncias no sentido de que os flagrados estariam envolvidos com a prática do tráfico de drogas, furtos e roubos cometidos na cidade" (fl. 42).

Ao negar o pedido de concessão de liberdade provisória à acusada, o Juízo singular concluiu não haver "elementos mínimos a permitir alterar a decisão proferida, não demonstradas alterações nas suas bases fundantes" (fl. 73). Ainda registrou (fl. 72):

Como se vê na decisão proferida nos autos principais (seq. 66.1), se ponderou, nela, que denúncias anônimas davam conta de que os flagranteados e acusados estariam realizando a traficância, o que gerou monitoramento por parte da autoridade policial. Bruno, ao avistar a viatura, teria fugido e pulado o muro de sua residência, e, depois, todos teriam sido encontrados na casa da mãe de uma das pessoas presas em flagrante. Constou, ali, a existência de elementos indicando que os investigados e ora acusados teriam pesando contra si denúncias de realização de atos de traficância.

Pelos trechos transcritos, entendo que a quantidade e natureza da droga apreendida, agravada pela apreensão de arma e simulacro, balança de precisão, dinheiro não justificado e de embalagens utilizadas para fracionamento da droga, **são elementos concretos que evidenciam a gravidade da conduta imputada e o *periculum libertatis*, a ensejar, por conseguinte, a manutenção da custódia cautelar para assegurar a ordem pública**, além de inviabilizar a substituição da prisão por medidas diversas.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se, ao Juízo de primeiro grau, bem como ao Tribunal estadual, informações atualizadas a respeito da Ação Penal em comento, com notícias relativas ao *status libertatis* da requerente, que devem ser enviadas via malote digital.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

